



GT2: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E TECNOLOGIA - Apresentado dia 19/08/2024  
COORDENADORES: DALMO ANTÔNIO DE CASTRO BEZERRA E EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ

## LINGUAGEM E DIREITO: a influência do léxico e da terminologia jurídica na acessibilidade da justiça

Ivondeleusa Rodrigues da Silva Paixão<sup>1</sup>

Selmo Azevedo Apontes<sup>2</sup>

### RESUMO

Este resumo integra minha pesquisa de Mestrado Acadêmico em Letras na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, está focada na análise da linguagem jurídica, que, frequentemente complexa e repleta de termos latinos, cria barreiras que dificultam a compreensão dos serviços judiciais e a efetiva compreensão dos direitos. A pesquisa adota uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa para investigar a relação entre linguagem e Direito. O estudo abordará temas relevantes, incluindo a relação entre linguagem e Direito, a definição de léxico e terminologia, a discussão sobre a terminologia jurídica com exemplos, e a importância da linguagem simples para que a comunicação no sistema jurídico seja mais eficiente e acessível.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terminologia; Léxico; Linguagem simples; Cidadania.

<sup>1</sup> Mestrado Acadêmico em Letras na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, e-mail: ivondeleusa@tjro.jus.br

<sup>2</sup> Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2015). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal do Acre - UFAC - nas áreas de Latim, Filologia e Língua Portuguesa. Tem Pós-doutorado em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/UNICAMP. Está como Diretor do Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC, mandato 2024-2027. Professor do quadro permanente no Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da Universidade Federal do Acre. Professor permanente no Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia.

## INTRODUÇÃO

Falar ou escrever de modo rebuscado não demonstra erudição; na verdade, esse estilo muitas vezes compromete a ortografia devido ao uso de termos que não existem na língua portuguesa e que acabam por se enraizar no vocabulário forense pela repetição (Adorno e Silva, 2010).

A terminologia jurídica é composta por palavras e expressões com significados específicos dentro do campo do Direito, muitas vezes incluindo termos de origem latina e do direito romano. Essa complexidade terminológica tende a dificultar a compreensão do cidadão comum, afastando-o do acesso pleno à justiça.

O problema central do meu projeto de pesquisa é: “A democratização do acesso à justiça e a redução das desigualdades sociais, por meio de um maior entendimento e acesso dos cidadãos ao sistema de justiça, são dificultadas pela forma como a linguagem jurídica é construída?”.

As hipóteses da pesquisa são: “Os latinismos, a linguagem rebuscada e a estrutura do texto jurídico afetam negativamente a equidade da justiça brasileira” e “Numa perspectiva linguística, é possível elaborar textos forenses com linguagem simples e acessível”.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é de caráter exploratório, baseia-se em pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, devido à sua adequação à realidade observada e ao contexto aplicável. Será fundamentada nos pressupostos teóricos da Terminologia, conforme autores como Cabré (1999, 2003), Barros (2004, 2007), Krieger e Finatto (2004), entre outros.

A escolha do método hipotético-dedutivo se justifica por sua capacidade de alinhar-se à perspectiva de trabalho no projeto de simplificação da linguagem jurídica. Esse método permite a formulação e o teste de hipóteses, contribuindo para o avanço do conhecimento na área e a aplicabilidade prática futura, dada a urgência de enfrentar o distanciamento entre a justiça e a população em geral.

Para testar as deduções, especialmente se a simplificação da linguagem jurídica resultará em uma melhor compreensão das informações legais pelo público, utilizarei uma variedade de meios de pesquisa, incluindo análise de documentos legais, pesquisas sobre a compreensão do público e entrevistas com profissionais do Direito. Os dados coletados serão analisados para verificar se as deduções do projeto serão confirmadas ou refutadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO (Desenvolvimento da Pesquisa)

Para que o estudo seja mais aprofundado, irei focar na bibliografia da linguagem jurídica bem embasada, que envolva a integração de várias referências teóricas e práticas, para uma compreensão mais completa.

Serão estudadas as obras de autores como HALLIDAY, Michael (2004), que oferece uma visão da comunicação dentro da linguística sistêmico-funcional, essencial para entender como a gramática funcional molda a linguagem jurídica; RINER, Robin Conley (ed, 2023. Cap. 28, p. 509-524). O autor, nesse capítulo, explora a percepção da unicidade do direito como uma forma de linguagem, fornecendo uma análise crítica das ideologias que moldam a linguagem jurídica.

Também será explorada a Lei Complementar 95/1998, que estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis no Brasil, conforme o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Compreender esta lei é importante para a análise da legislação e sua redação; e GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; Dias, Maria Tereza Fonseca; Nicácio, Camila Silva, 2020, que abordam metodologias de levantamento bibliográfico, com foco em práticas recomendadas para a pesquisa jurídica.

O CNJ, por meio da Recomendação nº 144, em seu art. 1º, recomenda aos Tribunais e Conselhos, com exceção do STF, o uso de linguagem simples, clara e acessível, incluindo elementos visuais que facilitem a compreensão da informação sempre que possível.

Além disso, o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples promove ações, iniciativas e projetos para serem elaborados em todos os âmbitos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com a finalidade de adotar uma linguagem simples, direta e compreensível para todos os cidadãos.

Será feita a revisão de toda essa literatura, análise crítica dos conceitos apresentados pelos autores que embasam a pesquisa, bem como a aplicação desses conceitos nas hipóteses levantadas.

## CONCLUSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento.

## REFERÊNCIAS

ADORNO JÚNIOR, Hélcio Luiz; SILVA, José Luiz Pereira. A linguagem jurídica como importante instrumento de efetivação na justiça. Revista de Direito Constitucional e Internacional: RDCI, [s. l], v. 18, n. 72, p. 83-96, jul./set. 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/81769>. Acesso em: 05 ago. 2024

BRASIL, Lei Complementar nº 95, de 26 de Fevereiro de 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm). Acesso em 04 ago. 2024.

BRASIL, Recomendação nº 144, de 25 de agosto de 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/JOS%C3%89%20MARIA/Downloads/RECOMENDA%C3%87AO%20144%20-CNJ%20LINGUAGEM%20SIMPLES%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/JOS%C3%89%20MARIA/Downloads/RECOMENDA%C3%87AO%20144%20-CNJ%20LINGUAGEM%20SIMPLES%20(1).pdf). Acesso em: 03 ago. 2024.

CÂMARA DE DEPUTADOS. Comissão aprova projeto que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em órgãos públicos. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/878987-comissaoaprova-projeto-que-institui-a-/politica-nacional-de-linguagem-simples-em-orgaos-publicos/>. Acesso em: 04 ago. 2024.

CABRÈ, Maria Teresa. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: CABRÈ, M. T. La terminología: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999/2005.

HALLIDAY, Michael. An Introduction to Functional Grammar. 3ª ed. Londres: Hodder Education and Hachette UK Company, 2004

KRIEGER, Maria da Graça. FINATTOO, Maria José Bocorny. Introdução à terminologia: teoria e prática.

São Paulo: Contexto, 2004.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; Dias, Maria Tereza Fonseca; Nicácio, Camila Silva. (Re)pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. 5ª ed. São Paulo: Almedina, 2020

NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito. São Paulo: Saraiva, 2006.

PETRI, Maria José Constantino. Manual de linguagem jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RINER, Robin Conley. Legal Language and Its Ideologies. In: Duranti, Alessandro; George, Rachel; Riner, Robin Conley (eds.). A New Companion to Linguistic Anthropology. Hoboken: Wiley Blackwell, 2023. Cap. 28, p. 509-524

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagem documentária. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.